



“Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2025-2028 Município de Santiago do Cacém”

IGUALDADE
NAS TUAS MÃOS





ÍNDICE

• Prefácio -----	Página 2
• A Importância do Plano Municipal para a Igualdade no Município de Santiago do Cacém -----	Página 4
• Das Políticas Nacionais às Políticas Locais -----	Página 7
• Caracterização Sociodemográfica -----	Página 12
• 1. Educação e Ensino -----	Página 16
• 2. Cultura e Desporto -----	Página 20
• 3. Participação Política e Cívica -----	Página 23
• 4. Cidadania e Direitos Humanos -----	Página 26
• 5. Violência Doméstica e Violência de Género -----	Página 29
• 6. Informação, Comunicação e Divulgação -----	Página 35
• 7. Saúde -----	Página 37
• 8. Migração -----	Página 41
• Datas Comemorativas -----	Página 45
• Operacionalização -----	Página 47
○ Eixo Estratégico 1: Educação e Ensino -----	Página 47
○ Eixo Estratégico 2: Cultura e Desporto -----	Página 49
○ Eixo Estratégico 3: Participação Política e Cívica -----	Página 51
○ Eixo Estratégico 4: Cidadania e Direitos Humanos -----	Página 53
○ Eixo Estratégico 5: Violência Doméstica e Violência de Género -----	Página 56
○ Eixo Estratégico 6: Informação, Comunicação e Divulgação -----	Página 58
○ Eixo Estratégico 7: Saúde -----	Página 60
○ Eixo Estratégico 8: Migração -----	Página 62
• Referências Bibliográficas -----	Página 64

PREFÁCIO

A territorialização das políticas públicas de promoção da Igualdade de Género e a prevenção e o combate à violência doméstica e de género têm norteado o trabalho da CIG desde há muito. Para tal, tem-se vindo a desenvolver uma estratégia assente numa articulação estreita entre a Administração Pública Central e a Administração Pública Local, num esforço conjunto e em rede que vem incluindo as organizações da sociedade civil e demais agentes locais relevantes.

É reconhecido internacionalmente que a Igualdade de Género interfere com a sociedade no seu conjunto, sendo identificada pelo Conselho da Europa como um requisito da democracia e de justiça social. Nesta perspectiva, a igualdade de género é um bem público, que traz consigo benefícios sociais, políticos e económicos às pessoas e à sociedade no seu conjunto.

A Estratégia Nacional Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND) é uma ação do estado português para a implementação da igualdade entre mulheres e homens em toda a sua diversidade, que define prioridades, orientações e medidas de política pública nos domínios da igualdade entre mulheres e homens, prevenção e do combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e à discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais, que se traduzem nos três planos de ação referidos no slide, para cada quatro anos. Cruza-se ainda com o V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025-2027.

Os dados oficiais indicam que mais de 200 Municípios Portugueses já estão comprometidos com a ENIND, através da celebração de Protocolos com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Esta colaboração institucional tem fortalecido a liderança dos Municípios na implementação de Planos Municipais para a Igualdade, ajustados às particularidades de cada território.

Atualmente, mais de 180 Municípios já criaram Equipas para a Igualdade na Vida Local e 79% nomearam Conselheiras e Conselheiros Locais para a Igualdade. Além disso, 64% dos Municípios estão já a desenvolver os seus próprios Planos para a Igualdade.

É um esforço coletivo que exige persistência e continuidade, garantido que as políticas públicas nacionais são, efetivamente, aplicadas em cada comunidade. E, é importante dizer, que o papel das autarquias locais na integração da perspetiva de género passa pelo seu trabalho interno, enquanto entidades empregadoras, mas também pelo seu trabalho externo e diário, próximo das comunidades, enquanto entidades governativas nos seus territórios. Só com uma intervenção local contínua, coletiva e sustentável, Portugal poderá ser um país de referência para se viver em igualdade.

Importa lembrar que a Igualdade de Género não é apenas uma questão de mulheres. Os homens desempenham um papel muito importante nesta equação da implementação da igualdade no trabalho e no emprego, no acesso à saúde, na partilha de tarefas domésticas e do cuidado, no desempenho de cargos políticos e no acesso equilibrado de homens e mulheres a cargos de direção.

Ainda temos um grande caminho para trilhar em todas estas áreas, é verdade, mas as políticas locais e as políticas nacionais têm deixado já as suas marcas de progresso. Mas temos de estar atentos e atentas, porque, infelizmente, a história do Mundo mostra-nos, todos os dias, que não há direitos garantidos para sempre. Nem o progresso é, necessariamente, uma linha ascendente.

O vosso e o nosso trabalho, e acima de tudo, o nosso trabalho conjunto é a chave para continuarmos a trazer mais igualdade às nossas sociedades e ao nosso país.

Contamos com Santiago do Cacém para continuar a trilhar o caminho da Igualdade e Não Discriminação no seu território.

Sandra Ribeiro | Presidente da CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

A Igualdade é um dos primeiros Princípios inscritos na Constituição da República Portuguesa, a Lei onde se alicerçam os pilares do Estado Democrático. O Princípio da Igualdade define que todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres, independentemente da sua “ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

O conceito de Igualdade de Género defende os mesmos direitos e deveres entre o sexo masculino e feminino, relacionando-se com o princípio da justiça social. Este conceito deve estar na base da construção de uma sociedade, quando este não é observado, em todas as suas dimensões, é a própria Democracia que está fragilizada.

O quadro legislativo nacional e europeu, sobre esta matéria, traduz as preocupações centrais sobre a Igualdade de Género, enquadrando-as num referencial mais amplo, designadamente na vertente dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Desenvolvimento. Se é certo que a questão tem vindo a ganhar relevância, também é certo que internacional, nacional e localmente continuam a existir as desigualdades salariais e oportunidades, as barreiras sexuais, as discriminações no acesso ao mercado de trabalho, a pobreza, a violência doméstica e situações mais extremas, como o tráfico de seres humanos, mutilações genitais e genocídios.

Embora as Políticas Macro sejam determinantes na manutenção e na alteração destas situações de discriminação, as Autarquias Locais têm potencial para se posicionarem na defesa da igualdade e da justiça social. São estas instituições locais que, enquanto instância do Poder, melhor e mais de perto conhece o tecido social, económico e cultural de que são parte integrante, constituído por homens e mulheres democraticamente eleitos/as e por outros tantos cidadãos e cidadãs que, individual e coletivamente, vão dando sentido aos territórios que constroem e habitam.

Neste sentido, e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as autarquias locais são os órgãos de proximidade capazes de promover os interesses próprios das suas comunidades e asseguram a integração das perspetivas de género em todas as dimensões do Município, nomeadamente através da implementação de Planos Municipais para a Igualdade, que os distingue enquanto agentes de desenvolvimento e entidades privilegiadas para a operacionalização de ações e medidas que permitam a territorialização, identificação e apropriação dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação.

Em 2016, o Município de Santiago do Cacém, subscreveu o Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, tendo como objetivo a implementação de uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, no Município, através da atuação em várias vertentes de apoio e proteção às vítimas de violência doméstica e de género e da implementação de estratégias de trabalho em rede no objetivo conjunto de assegurar as condições mínimas necessárias ao apoio e proteção de vítimas.

Com o propósito de operacionalizar a Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género nos territórios e trabalho de proximidade às populações, o Município de Santiago do Cacém participou do Plano Intermunicipal para a Igualdade 2017-2020, em colaboração com três Municípios do Litoral Alentejano, assumindo o compromisso político na promoção da igualdade e da qualidade de vida entre homens e mulheres a nível local. Em 2019, subscreveu o Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e, a 6 de dezembro de 2022, assinou o Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação com a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género, definindo o mesmo a necessidade da criação de uma Equipa para a Igualdade na Vida Local e a elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação por um período de quatro anos. Com a convicção de que é importante a existência de um plano de ação, desenhado pelo Município e desenvolvido por uma Equipa com competência tendo em vista a promoção, execução, monitorização e implementação das medidas e ações que integram a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual".



O Município de Santiago do Cacém para além da assinatura de Protocolos de Cooperação e Parceria nas temáticas da Igualdade de Género e Não Discriminação e a operacionalização das ações incluídas no Plano Intermunicipal, tem, a título local, assinalado datas relevantes no combate à discriminação e violência contra as mulheres e na promoção da igualdade de género, nomeadamente com a criação da campanha “Igualdade nas Tuas Mão”, que desenvolve ações de rua com o objetivo de sensibilizar jovens e a comunidade em geral para a Igualdade.

Porque existe muita beleza na diferença, não queremos ser todos iguais, queremos ter acesso aos mesmos direitos, das mesmas formas.

Sónia Gonçalves | Vereadora do Pelouro da Ação Social da Câmara Municipal de Santiago do Cacém

DAS POLÍTICAS NACIONAIS ÀS POLÍTICAS LOCAIS

A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, tem como objetivos a eliminação de estereótipos, o combate à discriminação e a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. A ENIND inicia, assim, um novo ciclo de políticas públicas, alinhadas com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e concretiza-se em três Planos de Ação:

- Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens;
- Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica;
- Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens:

- Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da igualdade entre mulheres e homens nas políticas e nas ações;
- Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género;
- Promover a Igualdade entre Homens e Mulheres e a não discriminação na Investigação e Desenvolvimento e no mundo digital;
- Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional;
- Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e resposta aos desafios demográficos;
- Combater a pobreza e exclusão social e promover o acesso à saúde;
- Promover a Igualdade entre Mulheres e Homens e não discriminação na cultura e na comunicação.

Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e à ViolênciaDoméstica:

- Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação;
- Apoiar e proteger – ampliar e consolidar a intervenção;
- Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização;
- Qualificar profissionais e serviços para a intervenção;
- Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas;
- Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas nomeadamente a Mutilação Genital Feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados.

Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais:

- Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI+ e a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais;
- Combater a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI+ na vida pública e privada.

Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

O referido protocolo, alinhado com os objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, com a finalidade de prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, a eliminação dos estereótipos e o combate à discriminação, numa perspetiva interseccional.

Ao abrigo da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, é estabelecido o regime jurídico a aplicar na prevenção da violência doméstica, na proteção e assistências às vítimas, tornando-se necessário assegurar condições para garantir uma cobertura nacional equilibrada e qualificada da rede nacional de apoio à vítima de violência doméstica, bem como a articulação e o trabalho em rede, nomeadamente dos serviços e respostas já existentes, ou a criar, com vista à melhoria da sua eficácia e eficiência.

O Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio Às Vítimas de Violência Doméstica, aplicado nos concelhos de Santiago do Cacém, Alcácer do Sal, Grândola e Sines tem como objetivos:

- Desenvolver um processo de territorialização das respostas de prevenção, proteção e combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica, através de uma ação em rede, multidisciplinar, intersectorial;
- Promover as condições e articulação necessárias ao atendimento, encaminhamento, apoio e proteção das vítimas;
- Assegurar que o encaminhamento das vítimas se procede de acordo com as regras da boa gestão dos recursos técnicos, logísticos e financeiros assegurando a máxima eficácia e eficiência na utilização dos mesmos;
- Assegurar que as respostas de prevenção, proteção e combate são as mais adequadas, reconhecendo a necessidade das vítimas, nomeadamente as mais vulneráveis, em razão da sua origem racial e étnica, nacionalidade, deficiência, idade, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais;
- Promover o trabalho em rede e a cooperação institucional e técnica regular;
- Promover a realização e participação em ações de formação sobre Violência Contra as Mulheres e Violência Domésticas, bem como as restantes áreas da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação;
- Realizar estudos, diagnósticos e recolha de informação estatística sobre a temática, visando o aprofundamento do conhecimento e a constante adequação das respostas disponíveis;

- Implementar e operacionalizar os objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação e respetivos planos de ação nas áreas da igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Santiago do Cacém

O Protocolo assinado entre as duas entidades em 2022, tem como finalidade a promoção, execução, monitorização e implementação das medidas e ações que promovam a territorialização no Município de Santiago do Cacém da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Discriminação 2018-2023 “Portugal + Igual” (ENIND).

Neste sentido, as entidades signatárias deste Protocolo comprometem-se a:

- “Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, igualdade entre mulher e homens, rapazes e raparigas, não discriminação e não-violência, junto das populações;
- Prevenir, combater e eliminar a discriminação em razão do sexo, bem como a discriminação que resulta da interseção de vários fatores de discriminação com a origem racial e étnica, a idade, a deficiência, a nacionalidade, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, entre outros;
- Prevenir e combater todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo a violência no namoro e as práticas tradicionais nefastas como a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados;
- Fomentar a maior participação dos homens na esfera privada, ao nível do trabalho de cuidado e doméstico, visando uma divisão mais equilibrada com as mulheres, envolvendo-os como agentes ativos e beneficiários diretos da igualdade entre mulheres e homens;

- Prevenir e corrigir as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, designadamente ao nível da segregação sexual das profissões, remunerações, tomada de decisão, parentalidade e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- Promover uma maior participação política e cívica das mulheres e raparigas;
- Garantir um processo de territorialização, identificação e apropriação local dos objetivos e princípios preconizados no presente protocolo bem como na ENIND e respetivos Planos de Ação sob coordenação da CIG, e, por essa via, contribuir para a sua efetiva execução e para mudança social no Município e no País.”

O presente **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação** tem como propósito configurar um instrumento de planeamento e compromisso político para a promoção da igualdade e não discriminação ao nível local, bem como o combate a todas as formas de violência.

Construído sob oito áreas estratégicas: educação e ensino; cultura e desporto; participação política e cívica; cidadania e direitos humanos; violência doméstica e violência de género; informação, comunicação e divulgação; saúde; e migração, tem como objetivo o desenvolvimento de um território mais igual e inclusivo, através da territorialização das políticas públicas nacionais adaptadas à realidade local.



CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

O presente Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação tem como território de intervenção o Município de Santiago do Cacém.

O Município com uma área total de 1.059,69 km² é composto por oito freguesias: Abela, Alvalade, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado, Santo André, São Francisco da Serra, União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e União de Freguesias e São Domingos e Vale de Água.

Dentro do próprio Município, os dados demográficos por freguesia são díspares entre si, nomeadamente ao nível das características do território, divergindo entre freguesias mais rurais de interior e pólos urbanos, mais a litoral.

População e Território por Freguesia (2021)

Freguesia	Área (km ²)	Densidade Populacional	População
Abela	137,7 km ²	6,07	836
Alvalade	162 km ²	11,14	1.803
Cercal do Alentejo	137,48 km ²	21,49	2.954
Ermidas-Sado	82,40 km ²	25,13	2.071
Santo André	75,10 km ²	137,25	10.309
São Francisco da Serra	51,37 km ²	14,34	737
Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	208 km ²	37,96	7.892
São Domingos e Vale de Água	206 km ²	5,68	1.170
		26,21	27.772

Fonte: INE, 2024

Ao nível do território, no que diz respeito à dimensão em área, à exceção da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, que inclui um dos pólos mais urbanos do Município – Santiago do Cacém, as freguesias rurais de Abela, Cercal do Alentejo e a União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água são as que apresentam um maior território, o que não se reflete ao nível da densidade populacional, uma vez que, à exceção da freguesia de Cercal do Alentejo, são as que apresentam uma menor densidade populacional.



A freguesia de Santo André é a que apresenta uma maior densidade populacional dentro do Município de Santiago do Cacém.

População Residente por Grupo Etário, no Município (2021)

SANTIAGO DO CACÉM	Grupo Etário	População
	0 – 14 anos	3.414
	15 – 29 anos	3.396
	30 – 44 anos	5.155
	45 – 59 anos	5.432
	60 – 74 anos	6.376
	75 ou mais anos	3.999
		27.772

Fonte: INE, 2024

Quanto à população residente, os grupos etários entre os 45 e os 74 anos são os que apresentam um maior número de população, representando um total de 42,5% da população total do Município.

População Residente por Sexo e por Freguesia, no Município (2021)

Freguesia	Homens	Mulheres	Total
Abela	423	413	836
Alvalade do Sado	891	912	1.803
Cercal do Alentejo	1.470	1.484	2.954
Ermidas-Sado	1.021	1.020	2.071
Santo André	4.981	5.328	10.309
São Francisco da Serra	367	370	737
U. F. de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	3.759	4.133	7.892
U. F. de São Domingos e Vale de Água	549	621	1.170
	13.461	14.311	27.772

Fonte: INE, 2024



No total das freguesias do Município verifica-se que o número de mulheres é superior ao número de homens, o mesmo fator replica-se em quase todas as freguesias, na medida em que as freguesias de Abela e Ermidas apresenta, uma população maioritariamente masculina, embora o número de homens seja pouco significativo, relativamente ao número de mulheres.

População Residente por Sexo e por Grupo Etário, no Município (2021)

SANTIAGO DO CACÉM	Grupo Etário	Homens	Mulheres
	0 – 14 anos	1.781	1.713
	15 – 29 anos	1.813	1.680
	30 – 44 anos	2.575	2.547
	45 – 59 anos	2.672	2.805
	60 – 74 anos	3.100	3.342
	75 ou mais anos	1.628	2.385
		13.569	14.472

Fonte: INE, 2024

Verifica-se que no Município de Santiago do Cacém, o número de habitantes do sexo feminino é superior ao sexo masculino, embora não seja uma tendência regular ao longo dos grupos etários. Nas camadas mais jovens (dos 0 aos 44 anos) existe uma prevalência significativa do sexo masculino, principalmente na faixa etária dos 15 aos 29 anos, o que significa que entre os anos de 1992 e 2006 nasceram no Município mais homens que mulheres. A partir dos 45 anos, no ano de 2021, existiam mais mulheres do que homens no Município, destacando-se a população dos 75 ou mais anos, em que o número de mulheres é significativamente superior.



Em resumo, o Município de Santiago do Cacém apresenta, no ano de 2021, uma população total de 27.772 habitantes, dos quais 14.311 são mulheres, o que corresponde a cerca de 52% da população do Município.

De destacar, ainda, que o maior grupo populacional corresponde aos indivíduos dos 60 aos 74 anos (6.376 indivíduos), que corresponde a 23% da população.



1. EDUCAÇÃO E ENSINO

O Município de Santiago do Cacém conta com quatro agrupamentos de escolas, são eles:

- Agrupamento de Escolas de Alvalade, que serve as freguesias de Alvalade, Ermidas-Sado e a União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água;
- Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo, que abrange em exclusivo a freguesia de Cercal do Alentejo;
- Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, que engloba, para além da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, e todas as localidades que lhe pertence, a freguesia de Abela e a freguesia de São Francisco da Serra;
- E o Agrupamento de Escolas de Santo André, que abrange apenas a freguesia onde está sediado.

Estabelecimentos de ensino público no Município de Santiago do Cacém, por nível de ensino

Nível de Ensino	Ano Letivo	
	2020/2021	2021/2022
Ensino Pré-Escolar	13	13
Ensino Básico – 1.º Ciclo	17	17
Ensino Básico – 2.º Ciclo	4	4
Ensino Básico – 3.º Ciclo	4	4
Ensino Secundário	2	2
TOTAL	31	31

Fonte: INE, 2024

Organizado pelos quatro agrupamentos, o Município é constituído por: 13 jardins-de-infância, 17 escolas de ensino básico com 1.º ciclo, quatro escolas de ensino básico de 2.º e 3.º ciclo e duas escolas secundárias, localizadas nos polos urbanos do Município (Santiago do Cacém e Santo André). Ainda, dentro do Município, a oferta educativa privada e/ou de solidariedade social complementar correspondente à educação pré-escolar é constituída por oito instituições.



N.º de alunos/as matriculados/as no Município de Santiago do Cacém, por sexo e nível de ensino

Nível de Ensino	Ano Letivo 2020/2021		Ano Letivo 2021/2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ensino Pré-Escolar	354	324	370	346
Ensino Básico – 1.º Ciclo	487	474	515	488
Ensino Básico – 2.º Ciclo	261	269	267	270
Ensino Básico – 3.º Ciclo	420	409	454	449
Ensino Secundário	314	465	382	491
TOTAL	1.836	1.941	1.988	2.044

Fonte: DGEEC, 2024

Numa análise global das tabelas anteriores, verifica-se que na maioria dos níveis de ensino a percentagem de alunos do sexo masculino é superior à percentagem de alunas do sexo feminino, em ambos os anos letivos analisados, no entanto, a tendência altera-se no ensino secundário, onde a prevalência de alunas é bastante superior, o que se traduz num número total de alunas matriculadas em todos os níveis de ensino superior.

Estes dados indicam que, ainda que no global, e acompanhando os dados demográficos, o número de alunas matriculadas é superior ao de alunos matriculados, no entanto, ao nível do ensino secundário, grande parte dos alunos do sexo masculino, optam por ingressar em instituições com uma maior oferta de cursos profissionais em vez de cursos científico-humanísticos. Não existindo, no Município de Santiago do Cacém, instituições unicamente destinadas ao ensino destes cursos, muitos dos jovens do território, acabam por ingressar nas Escolas Profissionais mais próximas, como é o caso da Escola Profissional de Odemira, da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

Interessa, por isso, analisar o número de alunos e alunas, por sexo matriculados em cursos científico-humanísticos e em cursos profissionais.



Alunos/as matriculados por oferta formativa no Município de Santiago do Cacém, por sexo

Oferta Formativa	Ano Letivo 2020/2021			Ano Letivo 2021/2022		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Científico-Humanísticos	500	210	290	461	196	265
Profissionais	109	53	56	105	58	47
TOTAL	609	266	346	566	254	312

Fonte: DGEEC, 2024

Apesar dos percursos escolares diferirem entre os sexos, a prevalência do sexo feminino é superior, no entanto nas ofertas formativas de ensino profissional o equilíbrio entre os sexos é superior, com uma tendência crescente de uma maior frequência do sexo masculino.

Docentes do Município de Santiago do Cacém, por sexo e por nível de ensino

Nível de Ensino	Ano Letivo 2020/2021		Ano Letivo 2021/2022	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ensino Pré-Escolar	0	47	0	47
Ensino Básico – 1.º Ciclo	4	72	5	83
Ensino Básico – 2.º Ciclo	7	41	19	36
Ensino Básico – 3.º Ciclo / Ensino Secundário	62	136	65	144
TOTAL	73	296	77	310

Fonte: DGEEC, 2024

No que diz respeito ao número de docentes, verifica-se que ao nível do ensino pré-escolar apenas é assegurado por docentes do sexo feminino. Nos restantes níveis de ensino, o sexo feminino prevalece, embora também exerçam docentes do sexo masculino. No ano letivo 2020/2021 a percentagem de docentes do sexo masculino corresponde a 19,78% do total de docentes do Município, no ano letivo seguinte o aumento é pouco significativo, representando o sexo masculino 19,79% do total dos docentes.



No Município de Santiago do Cacém existem 31 estabelecimentos de ensino público, frequentados, no ano letivo 2021/2022 por 4.032 alunos/as.

Verifica-se que no nível de ensino secundário número de alunas matriculadas é substancialmente superior ao número de alunos matriculados. Quanto aos docentes, no ano letivo 2021/2022, nos estabelecimentos de ensino público lecionavam 387 docentes, dos mais 310 eram mulheres, correspondendo a 80% do corpo docente.



2. CULTURA E DESPORTO

Tomando como ponto de partida o princípio de que tanto mulheres como homens têm direitos iguais no acesso a atividades e instalações culturais, desportivas e de lazer, fez-se o levantamento dos espaços destinados à Cultura e ao Desporto do Município de Santiago do Cacém.

Na sede de Município, as práticas desportivas são variadas, destacando-se as Piscinas Municipais e os espaços geridos pelo serviço de Desporto.

Pelas freguesias do Município, a oferta de espaços desportivos é variada, sendo alguns deles geridos pelos clubes, associações ou coletividades locais, bem como o Ministério da Educação, no caso dos equipamentos inseridos em espaço escolar.

Para além dos pavilhões, ginásios, ringues e polidesportivos que permitem a prática dos mais variados desportos, o Município de Santiago do Cacém, dispõe de equipamentos especializados para a prática de futebol, tiro, *padel*, ténis, natação e aprendizagem, *karts*, badminton ou minivoleibol, dispondo também de variados circuitos de manutenção situados nas duas áreas urbanas de Santiago do Cacém e Santo André.

N.º de Equipamentos Desportivos por Freguesia

Freguesia	N.º de Equipamentos
ABELA	2
ALVALADE	4
CERCAL DO ALENTEJO	6
ERMIDAS-SADO	6
SANTO ANDRÉ	26
SÃO FRANCISCO DA SERRA	2
SANTIAGO DO CACÉM, SANTA CRUZ E SÃO BARTOLOMEU DA SERRA	26
SÃO DOMINGOS E VALE DE ÁGUA	2
Total	74

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém



Quanto aos equipamentos culturais, o Município dispõe atualmente de cinco equipamentos destinados à promoção da literatura, espetáculos, teatro ou cinema. Recentemente, numa perspetiva de descentralização e promoção da igualdade de acessos às populações mais rurais do território, foram inaugurados dois novos auditórios nas freguesias de Alvalade e Ermidas-Sado.

Equipamentos Culturais:

- Auditório Municipal António Chainho
- Auditório Municipal de Alvalade
- Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca
- Biblioteca Municipal Manuel José “do Tojal”
- Cineteatro Vitória – Artur de Sousa Pinto

Para além dos equipamentos culturais do Município, o movimento associativo é bastante importante na defesa da cultura e da dinamização cultural da comunidade, existindo no território 20 associações que promovem a arte e cultura, dinamizando as mais variadas formas de arte e tradição.

No que concerne ao número de trabalhadores/as municipais das áreas da Cultura e do Desporto no Município de Santiago do Cacém, verifica-se que correspondem a cerca de 4,8% do número total de trabalhadores/as.

A área da Cultura conta com um total de 16 trabalhadores/as, sendo 50% do sexo feminino, e o Desporto com 17 trabalhadores/as, representando o sexo feminino aproximadamente 5,9% do total dos trabalhadores/as nesta área, conforme tabela seguinte.

N.º de trabalhadores/as nas áreas da Cultura e do Desporto, por sexo e total

Área	Masculino	Feminino	Total
CULTURA	8	8	16
DESPORTO	16	1	17
Total	24	9	33

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém



N.º total de trabalhadores/as do Município de Santiago do Cacém, por sexo

	Masculino	Feminino	Total
Número de trabalhadores/as por sexo	227	465	692

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Para além desta análise mais profunda dos serviços de Cultura e Desporto, considerou-se relevante apresentar o número total de trabalhadores/as afetos/as ao Município. Na divisão por sexo, a superioridade do sexo feminino é evidente, traduzindo-se numa taxa de 67,2% de trabalhadoras.

Na área da cultura o número de profissionais afetos, no Município de Santiago do Cacém, é igualitário quanto ao sexo, no entanto na área do desporto, verifica-se uma maior predominância no sexo masculino. Na totalidade dos/as funcionários/as afetos/as ao Município de Santiago do Cacém, 465 são mulheres.



3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA

Quanto à participação cívica, analisou-se a composição dos executivos do Município nos últimos mandatos, verificando-se que existe uma assimetria entre o número de homens e mulheres nestes cargos, no entanto, conforme se pode verificar na tabela seguinte, essa assimetria é mais acentuada no mandado 2017-2021, verificando-se uma forte presença do sexo feminino nos cargos de tomada de decisão e poder.

Verifica-se que todos os Presidentes de Câmara nos mandatos referenciados são do sexo masculino.

Distribuição dos Membros do Executivo e do Presidente de Câmara por anos de mandato e sexo

	VEREADORES/AS COM OU SEM PELOURO		PRESIDENTE
Anos de mandato	Masculino	Feminino	
2013 - 2017	4	2	Masculino
2017 – 2021	5	1	Masculino
2021 – 2025	3	3	Masculino

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém

No que concerne à constituição da Assembleia Municipal, verifica-se também uma maior presença do sexo masculino na constituição deste órgão. Verificando-se, conforme tabela seguinte, um gradual aumento do número de mulheres.

Distribuição dos Membros de Assembleia Municipal por anos de mandato e sexo

Anos de mandato	Masculino	Feminino
2013 - 2017	20	9
2017 – 2021	19	10
2021 – 2025	18	11

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém



Quanto aos cargos de presidência nas Juntas de Freguesia do Município, a evolução tem sido positiva nos últimos três mandatos, verificando-se, neste último mandato (2021-2025), das oito Freguesias e Uniões de Freguesias, três delas estão representadas por presidentes do sexo feminino, realidade que não se verificava no mandato de 2013 a 2017, uma vez que todas as freguesias eram presididas por presidentes do sexo masculino.

Distribuição de Presidentes de Junta de Freguesia por anos de mandato e sexo

Anos de mandato	Masculino	Feminino
2013 - 2017	8	0
2017 – 2021	6	2
2021 – 2025	5	3

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Considerou-se, também, relevante apresentar o número total de trabalhadores/as afetos/as ao Município. Na divisão por sexo a superioridade do sexo feminino é evidente, traduzindo-se numa taxa de 67,2% de trabalhadoras.

Através de uma análise mais aprofundada à distribuição dos/as trabalhadores/as por categoria profissional e sexo, verifica-se que as carreiras de Técnico/a Superior, Assistente Técnico/a e Assistente Operacional são constituídas por mulheres, assumindo um peso de aproximadamente 68,1%, 88,6% e aproximadamente 58,4%, respetivamente. Este facto, altera-se apenas na carreira de Informática, onde o sexo masculino é representado por 71,4% dos trabalhadores. Nas carreiras de dirigente e fiscais/coordenador/a escolar, a percentagem de trabalhadores e trabalhadoras é igual.



Distribuição dos/as trabalhadores/as do Município por Sexo e Categoria Profissional

Área	Masculino	Feminino	Total
Dirigentes	9	9	18
Técnico/a Superior	23	49	72
Assistente Técnico/a	22	171	193
Assistente Operacional	164	230	394
Informática	5	2	7
Fiscais e coordenador/a escolar	4	4	8
Total	227	465	692

Fonte: Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Verificou-se um forte aumento da presença feminina nos cargos do Executivo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, estando, atualmente, distribuídos de forma igualitária. Na Assembleia Municipal a tendência tem sido igualmente crescente, no entanto ainda se verifica uma prevalência do sexo masculino, verificando-se o mesmo fenómeno ao nível da Presidência das Juntas de Freguesia.

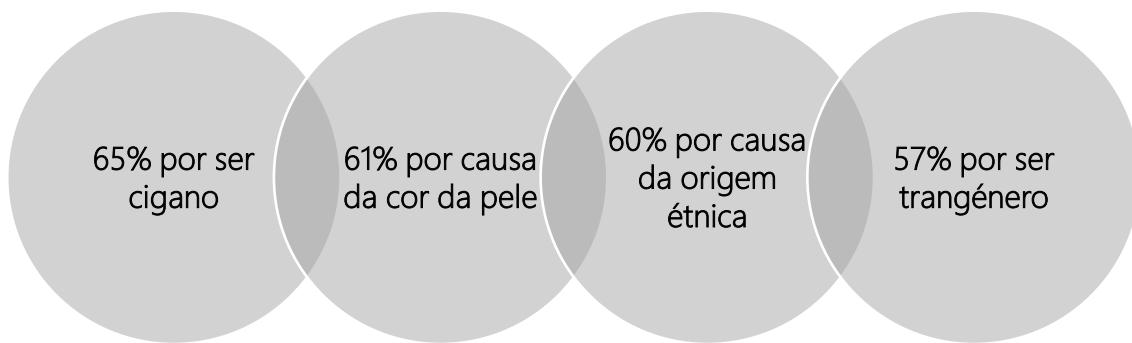
Quanto aos/as trabalhadores/as afetos/as ao Município de Santiago do Cacém, a maioria corresponde ao sexo feminino (465 mulheres), representando 67,2% do total. Destaca-se, aqui, uma maior prevalência do sexo feminino nas categorias profissionais de técnico/a superior, assistente técnico/a e assistente operacional.



4. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Segundo os dados do Eurobarómetro 2023, mais de metade dos respondentes consideram que a discriminação é um fenómeno generalizado no seu país. A par disto, cerca de 21% dos respondentes afirmaram sentir-se discriminados ou tendo sofrido assédio.

A discriminação generalizada, assenta com base nos seguintes motivos:



Em Portugal, a realidade configura-se semelhante, destacando-se as dimensões: sexo, idade, grupo étnico ou cor da pele, território de origem e situação económica ou condição social. Acresce, ainda, que o sexo feminino é aquele que destacadamente afirma sentir-se mais discriminado.

Pessoas dos 18 aos 74 anos que sofreram discriminação, por sexo e fator de discriminação (n.º em milhares, 2023)

Dimensões	Homens	Mulheres	Total
Sexo	44,1	284,4	328,5
Idade	95,5	149,3	244,8
Incapacidade / problemas de saúde	82,8	95,7	178,5
Grupo étnico ou cor da pele	193,5	230,9	424,5
Território de origem	145,6	197,2	342,8
Situação económica ou condição social	209,6	236,1	445,6
Religião	57,0	60,1	117,1
Orientação sexual	39,4	40,1	79,5
Opiniões políticas	112,9	94,9	207,8

Fonte: INE, 2024

De forma destacada, no território português, as mulheres, ainda, são discriminadas de forma bastante acentuada, principalmente em razão do sexo e idade.

Para o Município de Santiago do Cacém, apesar de não existirem dados concretos sobre a discriminação a este nível, pode considerar-se que serão análogos aos da realidade nacional, o que indica a necessidade de intervenção ao nível da Cidadania e dos Direitos Humanos no presente Plano.

Medidas de combate à discriminação promovidas pela Comissão Europeia:

- Apoio aos territórios e aos especialistas, bem como às organizações na luta contra a discriminação;
- Realização de ações de sensibilização e promoção da igualdade e a inclusão;
- Financiamento de atividades e projetos direcionados à luta contra a discriminação e à promoção da não discriminação, da igualdade, da diversidade e da inclusão;
- Coordenação conjunta com os países membros da União Europeia e preparação e implementação do trabalho na Plataforma das Cartas da Diversidade da União Europeia.

O que são as Cartas da Diversidade?

As Cartas da Diversidade são mecanismos desenvolvidos pela Comissão Europeia e implementados junto das empresas, privadas e públicas, por forma a promover a diversidade no local de trabalho.

Na União Europeia existem 26 Cartas de Diversidade Nacionais, existindo uma Carta por país, sendo gerida a nível nacional.

A nível nacional, a Carta Portuguesa para a Diversidade tem como princípio o respeito e a valorização da(s) diferença(s) entre as pessoas, particularmente as diferenças referentes ao sexo, identidade de género, orientação sexual, etnia, religião, credo, território de origem, cultura, língua, nacionalidade, naturalidade, ascendência, idade, orientação política, ideológica ou social, estado civil, situação familiar, situação económica, estado de saúde, deficiência, estilo pessoal e formação.

Em suma, os dados estatísticos mostram que as mulheres ainda são as maiores vítimas de discriminação, na maioria das suas várias dimensões, à exceção da discriminação por opinião política, onde os homens apresentam um maior número de casos de discriminação.

5. Violência Doméstica e Violência de Género

A violência de género permanece nas sociedades atuais como uma problemática que reflete as desigualdades de poder e oportunidades entre homens e mulheres. O Município de Santiago do Cacém não é exceção, tanto que a violência de género e, concretamente, a violência doméstica são problemáticas para os quais o Município está atento e sensibilizado.

O (des)Igualdades – Serviço de Apoio à Vítima (SAV) surgiu em dezembro de 2012, constituindo-se, desde esse momento, como a única resposta especializada na intervenção com vítimas de violência doméstica. O (des)Igualdades atua nas áreas da promoção da Igualdade de Género e Combate à Violência Doméstica e de Género, através de um serviço de apoio especializado e permanente, procurando consolidar o sistema de segurança e de proteção de vítimas de violência doméstica e melhorar o acesso aos serviços, bem como sensibilizar a comunidade e qualificar profissionais para a questão da Igualdade e Violência de Género. O (des)Igualdades realiza atendimentos itinerantes por todas as freguesias de quatro concelhos do Litoral Alentejano (Santiago do Cacém, Sines, Grândola e Alcácer) e contempla como respostas diretas a vítimas, o apoio social, o apoio psicológico e, ainda, o desenvolvimento de ações de informação e sensibilização, como metodologia de prevenção primária e secundária.

Dados Relatório Anual (des)Igualdades – Ano 2023

No decorrer do ano 2023, a Intervir.Com Associação, através do (des)Igualdades rececionou 122 novos casos nos quatro concelhos de intervenção.

Destes 122 novos casos, a sua maioria, são provenientes de referenciação por entidades, o que espelha o, ainda, medo e preconceito por parte das vítimas em denunciarem episódios de violência às entidades competentes.

Em concreto no Município de Santiago do Cacém, no ano de 2023, foram sinalizados 53 casos, representando a maioria dos casos sinalizados no território de intervenção do (des)Igualdades – 43,4% dos casos.

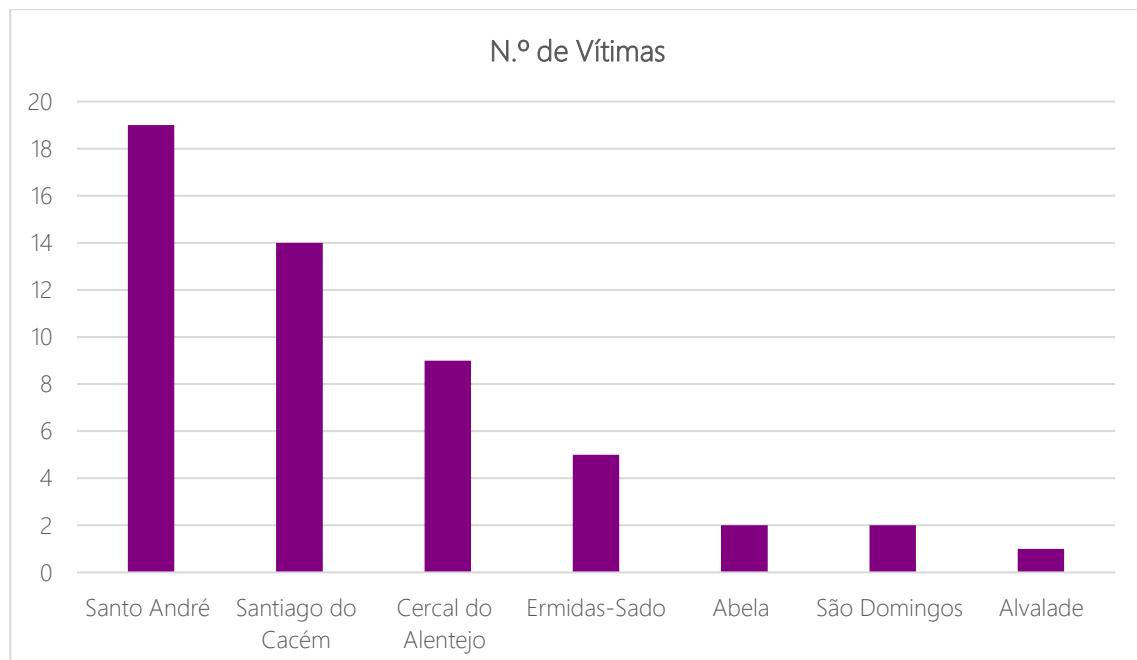


Quanto ao sexo das vítimas, no total do território de intervenção do projeto, continua a existir uma maior prevalência das vítimas do sexo feminino, representando 85% do total de vítimas identificadas nos novos casos. No entanto, regista-se uma ligeira tendência de crescimento comparativamente aos anos transatos.

De destacar, ainda, que dos 122 casos sinalizados, 18 deles correspondem a vítimas crianças e jovens, o que representa 14,8% do total dos casos.

Quanto às vítimas por freguesia, e sendo o Município de Santiago do Cacém, aquele que dentro do território de intervenção do (des)Igualdades apresenta um número maior de vítimas, destacam-se a freguesia de Santo André com 19 vítimas (36,5%) e a União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu com 14 vítimas (26.9%).

N.º de vítimas por freguesia, Município de Santiago do Cacém (2023)



Fonte: (des)Igualdades – Relatório Anual 2023

No âmbito da Violência Doméstica, a Intervir.Com Associação dispõe, também, do RAP Alentejo Litoral – Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens. Este serviço configura uma resposta de apoio psicológico e psicoterapêutico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica.

Nesse âmbito, no Município de Santiago do Cacém, durante o ano de 2023, foram atendidos 65 casos, representando 60% do total dos casos entendidos nesse ano (108 casos).

Violência no Namoro

No que diz respeito aos indicadores referentes à violência no namoro, os dados a seguir apresentados dizem respeito à realidade nacional do ano de 2024, e resultam de um estudo desenvolvido pela UMAR – União de Mulheres Alternativas e Respostas.

A UMAR é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1976, que tem como objetivo a defesa dos direitos das mulheres, a promoção da igualdade de género e a erradicação de todas as formas de violência, com especial foco na violência de género.

Os dados a seguir apresentados são resultado de um estudo desenvolvido com recurso à aplicação de um questionário sobre a violência no namoro, aprovado pelo Ministério da Educação.

Os questionários foram aplicados a jovens entre os 11 e os 21 anos, num total de 6.152 jovens, sendo a maioria das inquiridas do sexo feminino (54,1%).

Relativamente à legitimação da violência no namoro, os dados são preocupantes, cerca de 68,1% das pessoas inquiridas não percecionam os comportamentos identificados com violência no namoro, isto significa que:



54,6 % dos/as jovens não considera o **controlo** como ato de violência no namoro



33,5% dos/as jovens não considera situações de **violência psicológica** como um ato de violência no namoro



31,1% dos/as jovens não considera atos de **violência sexual** como problemático em contexto de namoro



30% dos/as jovens não considera a **perseguição** como um ato de violência no namoro



18,9% dos/as jovens não considera que a violência no namoro seja exercida pelas **redes sociais**



9,7% dos/as jovens não considera a **violência física** uma forma de violência no namoro.

Fonte: Estudo Nacional Sobre Violência no Namoro, 2024

No que respeita às formas de violência no namoro, a maioria dos/as jovens não considera o controlo pessoal como uma forma de violência no namoro. A percentagem configura-se preocupante, também, relativamente à violência psicológica e violência sexual.

Por outro lado, no entanto, ainda que de forma alarmante, ainda 9,7% dos/as jovens inquiridos/as não considera a violência física como forma de violência no namoro.



Legitimação da Violência no Namoro, por Sexo e Forma de Violência

	Forma de Violência	Feminino	Masculino
	Controlo	46,8%	64,1%
	Violência Psicológica	24,9%	44%
	Violência Sexual	24%	39,9%
	Perseguição	20,8%	41,1%
	Violência através das Redes Sociais	13,6%	25,5%
	Violência Física	6,3%	13,9%

Fonte: Estudo Nacional Sobre Violência no Namoro, 2024

Quanto à legitimação das formas de violência no namoro, o sexo masculino apresenta maiores níveis de legitimação relativamente ao sexo feminino. Destacando-se, notoriamente, a aceitação do controlo.

Quanto a dados concretos dos indicadores de vitimação, cerca de 63% dos/as jovens admite já ter tido ou ter uma relação de namoro com experiência a pelo menos um dos indicadores constantes do questionário aplicado.



Fonte: Estudo Nacional Sobre Violência no Namoro, 2024

Destacadamente, o controlo e a violência psicológica surgem como formas mais frequentes de violência identificadas pelos/as jovens inquiridos/as. Ainda que a percentagem de violência sexual e violência física sejam inferiores, os resultados são preocupantes nesta faixa etária.

A prevalência de algumas formas de violência, a não identificação destas e outras como atos de violência no namoro e na intimidade no ciclo de vida, bem como os resultados deste estudo demonstram a importância de uma prevenção primária na violência de género em contexto escolar, de forma a consciencializar crianças e jovens para a quebra dos ciclos de violência e para o desenvolvimento de relações interpessoais de relação, namoro e intimidade saudáveis.

6. Informação, Comunicação e Divulgação

A gramática e a língua portuguesa oferecem-nos possibilidades para uma comunicação institucional promotora da diminuição das simetrias e da visibilidade tanto de mulheres como de homens. Ainda assim, e embora, muito trabalho já tenha sido feito, verifica-se, ainda, a necessidade de adequar a linguística à atualidade, bem como às normas de promoção de igualdade de género. (CITE, 2003, p. 252).

Em Portugal, a Constituição prevê a promoção da igualdade entre homens e mulheres como um pilar fundamental, bem como o direito fundamental à identidade pessoal. A nível nacional, há mais de 15 anos que tem vindo a dar-se expressão à necessidade da utilização de uma linguagem não discriminatória. A título de exemplo, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006, de 18 de maio, reconhece a necessidade da implementação de uma linguagem não discriminatória na elaboração de atos normativos, dando ênfase à neutralização e minimização da especificação do sexo. Bem como, a Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro, que aprova o regimento jurídico da avaliação de impacto de género de atos normativos e o Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro, que inclui normas que recomendam a utilização de linguagem não discriminatória.

Numa dimensão internacional, o Estado Português está vinculado a adotar as medidas necessárias para uma promoção da mudança nos padrões de comportamentos socioculturais das mulheres e dos homens, nomeadamente ao nível da Convenção da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa.

Mais recentemente, em 2019, a Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo renova a importância do papel na garantia entre mulheres e homens, destacando a importância de *“utilizar as formas femininas e masculinas ou neutra das designações e de usar a forma feminina e masculina ou neutra quando nos dirigimos a um grupo”*, bem como, referente a uma boa prática *“a preparação de manuais de utilização de linguagem e comunicação, para uso na administração pública e seus documentos, que sejam não sexistas e não perpetuem estereótipos, ou seja, preconceitos profundamente enraizados sobre papéis sociais de homens e de mulheres, que limitam a liberdade individual, designadamente em matéria de escolhas profissionais e de progressão nas carreiras, e que impedem a concretização da igualdade entre mulheres e homens.”* (REC, 2019, 1).

De forma generalizada, os media continuam a apresentar mulheres e homens de forma estereotipada, condicionando a percepção do mundo e levando à conceção dessas representações e representações como justificadas. Além do uso da imagem, as desigualdades de género, também, se reproduzem e edificam pelo uso da própria linguagem, moldada pelas representações do léxico utilizado. Assim, reconhecesse que na comunicação institucional é necessário intervir nesta área, de forma a promover a utilização de uma linguagem inclusiva e sensibilizando mentalidades de que a linguagem é um dos elementos centrais na promoção da igualdade de género em todas e quaisquer formas e meios de comunicação.



7. Saúde

O acesso por parte da população à prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados é assegurado no Município de Santiago do Cacém pela Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) constituída pelo Hospital do Litoral Alentejano (HLA), com sede em Santiago do Cacém, pelos Centros de Saúde e respetivas Extensões de Saúde.

Assim, no que diz respeito à área da saúde, importa conhecer o número e localização dos Centros/Extensões de Saúde no território do Município, bem como qual o volume de utentes desses mesmos espaços de saúde públicos.

Distribuição dos Centros/Extensões de Saúde

Centro de Saúde de Santiago do Cacém	Freguesias	Localização	N.º de Utentes
Sete Espaços	U. F. de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	Santiago do Cacém	9.851
	Abela	Abela	713
	Alvalade	Alvalade	2.001
	Cercal do Alentejo	Cercal do Alentejo	2.953
	Ermidas-Sado	Ermidas-Sado	2.141
	U. F. de São Domingos e Vale de Água	São Domingos	1.191
	Santo André	Vila Nova de Santo André	11.711
TOTAL			30.561

Fonte: UCSP de Santiago do Cacém

No que se refere aos espaços de saúde públicos, verifica-se a existência de 7 Centros/Extensões de Saúde no Município de Santiago do Cacém, distribuídos pelas várias freguesias, servindo um total de 30.561 utentes.

Associada a estes dados, considerou-se de interesse identificar, no âmbito dos Centros de Saúde, quais têm em funcionamento os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e as Equipas de Prevenção da Violência em Adultos (EPVA).

Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco

Cada centro de saúde e hospital com atendimento pediátrico deve dispor de um Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e de um Núcleo Hospital a Crianças e Jovens em Risco (NHACJR), nos casos em meio hospital. Estes Núcleos são constituídos por equipas multidisciplinares de profissionais de saúde que têm como objetivo identificar, sinalizar, acompanhar e/ou encaminhar casos de crianças e jovens em situação de risco ou perigo.

Os profissionais inseridos nestas equipas prestam apoio aos profissionais e equipas de saúde que cuidam de crianças, jovens e famílias; avaliam, acompanham, referenciam e encaminham crianças e jovens para outras entidades ou níveis de intervenção, sempre que necessário, bem como provem ações de sensibilização para a comunidade em geral e outros profissionais de saúde.

Dados relativos ao ano de 2022, indicam que o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens do Centro de Saúde de Santiago do Cacém, sinalizou oito crianças/jovens, tendo transitado do ano transato o acompanhamento a três crianças, totalizando onze crianças acompanhadas.

Legislação de Suporte: Despacho n.º 5656/2017, de 28 de junho; Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) é uma entidade que exerce as suas funções no âmbito dos processos de promoção/proteção dos direitos das crianças e jovens.

Neste âmbito de intervenção, compete às entidades de Saúde desenvolver mecanismos de prevenção da ocorrência de maus tratos, de deteção precoce das situações de risco e de perigo, do acompanhamento e prestação de cuidados e da sinalização, acompanhamento e encaminhamento dos casos.

No decorrer do ano de 2022, o volume processual da CPCJ de Santiago do Cacém foi de 347 processos, dos quais 234 estavam em fase de instrução, referindo-se 140 a novos processos, três transferidos e 35 processos reabertos, sendo os restantes processos transitados do ano transato. Do total dos casos/processos, foram contabilizados 312 para levantamento das idades e sexo das crianças/jovens acompanhados, resultando num total de 175 crianças/jovens do sexo masculino (56,1%) e 137 crianças/jovens do sexo feminino (43,9%).

As autoridades policiais continuam a ser as maiores referenciadoras, sendo o principal motivo de sinalização por parte desta entidade, a relação com situações de violência doméstica e ofensas à integridade física na sequência de episódios de violência doméstica, o que obrigada a denúncia às autoridades competentes

Equipa de Prevenção de Violência em Adultos

Em 2013, foi estabelecido a criação e funcionamento de equipas multidisciplinares designadas por Equipas para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA), que proporcionou o alargamento do modelo de prevenção e resposta à violência interpessoal iniciado no âmbito dos maus tratos em idades mais jovens, alargando a abrangência de idade dos/as beneficiários/as.

Na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) a composição destas equipas multidisciplinares foi implementada em 2017, desenvolvendo a sua atividade, tanto no Hospital do Litoral Alentejano, bem como em cada centro e extensão de saúde do Município.

No ano de 2022, a Equipa de Prevenção de Violência em Adultos do Centro de Saúde de Santiago do Cacém registou dezanove sinalizações.

Legislação de Suporte: Despacho n.º 6378/2013, de 16 de maio.



De acordo com os dados fornecidos pela Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano para atualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém, e no que diz respeito aos projetos dinamizados por esta entidade no âmbito da Igualdade de Género, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito da parentalidade, violência doméstica e violência no namoro.



8. Migração

A migração é uma das questões centrais na maioria dos países europeus. Esta dinâmica é profundamente influenciada pelas questões políticas sociais e económicas. Portugal e o Município de Santiago do Cacém, espelham igualmente esta dinâmica, enfrentando inúmeros desafios e necessidades de adaptação.

Em Portugal, no ano de 2022, haviam quase 800 mil pessoas estrangeiras, das quais 76% eram originários de países extracomunitários, o que representava o dobro do observado há 10 anos. Consequentemente, a taxa de desemprego da população estrangeira era duas vezes superior à média nacional, sendo que os/as trabalhadores/as estrangeiros/as também recebiam em média menos 94 euros mensais do que a média nacional, sendo, também que um em cada três pessoas estrangeiras em Portugal vive em risco de pobreza ou exclusão social.

PORDATA (2023)

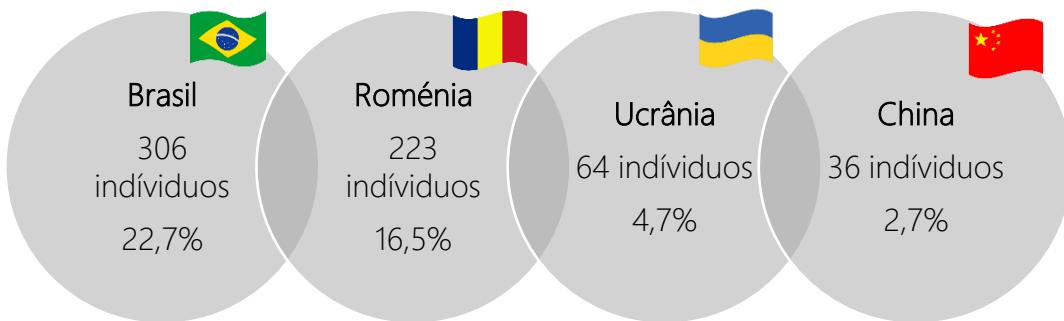
População estrangeira com estatuto legal de residente (2021)

Local de Residência	N.º
Portugal	693.536
Alentejo	27.426
Alentejo Litoral	14.622
Santiago do Cacém	1.348

Fonte: INE, 2024

No ano de 2021, em Portugal, o número de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente era de 693.536, já no Município de Santiago do Cacém este número era de 1.348, o que representa 9,2% da população no território do Alentejo Litoral.

Quanto ao país de origem, os resultados são variados, destacando-se notoriamente a população estrangeira oriunda do Brasil e da Roménia. Seguidas pela população estrangeira vinda da Ucrânia e da China.



Fonte: INE, 2024

Importa, aqui, fazer uma análise mais aprofundada, nomeadamente no que respeita ao número de pessoas estrangeiras residentes em Portugal, e no Município de Santiago do Cacém, no período pós início da Guerra na Ucrânia, de forma a perceber o impacto direto da Guerra e dos movimentos migratórios associados.

População ucraniana com estatuto legal de residente

Local de Residência	2021	2022	2023
Portugal	27.194	25.443	23.499
Santiago do Cacém	64	55	55

Fonte: INE, 2024

Contrariamente àquilo que poderia ser esperado, com a Guerra a potenciar o aumento dos movimentos migratórios, no ano do seu início e seguinte, o número efetivo de ucranianos/as residentes em território nacional e no Município de Santiago do Cacém diminuiu.

População estrangeira que solicitou estatuto de residência (2021)

Local de Residência	N.º
Portugal	111.311
Alentejo	4.647
Alentejo Litoral	2.512
Santiago do Cacém	204

Fonte: INE, 2024



No ano de 2021, 204 migrantes solicitaram o estatuto de residência no Município de Santiago do Cacém, comparativamente com a realidade do Alentejo Litoral, os pedidos de legalização de residência no Município representam apenas 8,1%.

Por forma a comparar com a realidade atual, foram consultados, igualmente, os dados relativos a 2023, dando destaque aos países de origem dos indivíduos que solicitaram estatuto de residência.

**Pedidos de estatuto de residência, por país de origem, no Município de Santiago do Cacém,
nos anos 2021 e 2023**

País de Origem	2023	2021
Angola	16	5
Brasil	293	74
Alemanha	11	14
França	10	12
Índia	61	34
Moçambique	12	2
Paquistão	10	3

Fonte: INE, 2024

A evolução do fenómeno migratório é notória. Pelos dados acima apresentados, destacando-se uma maior incidência sobre a população brasileira e a população indiana.

A mesma realidade observa-se ao nível do ensino. Do levantamento elaborado junto dos Agrupamentos de Escolas do Município, verifica-se um número bastante elevado de alunos/as brasileiros/as relativamente às outras nacionalidades, tendo estes um maior destaque ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Em resumo, no Município de Santiago do Cacém, no ano de 2021, existiam 1.348 migrantes com estatuto legal de residente e mais 204 migrantes estavam a solicitar a legalização.

No que diz respeito às respostas para o público migrante, existe no Município de Santiago do Cacém a Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, que a partir de 1996, passou em englobar o concelho de Santiago do Cacém devido à existência de uma significativa comunidade migrante no território, permitindo o desenvolvimento de trabalho de várias formas no acolhimento e integração das comunidades migrantes e descendentes em Santiago do Cacém.

A Associação, atualmente, conta com profissionais de várias áreas que dão resposta a cerca de 51 nacionalidades, oriundas de África, Ásia, Europa de Leste e América do Sul.

Neste sentido, foi necessária a implementação de um **Plano de Ação para a Integração e Acolhimento de Migrantes**, de forma a dar resposta ao fluxo de migrantes que diariamente chegam ao Município de Santiago do Cacém, através do desenvolvimento de atividades e ações quer permitam o trabalho na integração, a capacitação dos migrantes nos seus processos de regularização (principalmente no que respeita ao conhecimento dos direitos e deveres), bem como a contribuição para a implementação de boas práticas e políticas de acolhimento, o trabalho em rede com as entidades locais e a população, visando a aceitação da diversidade e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

DATAS COMEMORATIVAS



8 de março – Dia Internacional da Mulher

Homenagem às mulheres de todas as nações, que, por terem nascido mulheres, sofreram discriminação social e violação de direitos, e que lutaram e lutam por direitos em cidadania e reconhecida igualdade perante os homens.



21 de março – Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial

Estabelecido após o massacre ocorrido na África do Sul em 1960, pretende alertar a sociedade civil para a luta contra a discriminação racial e a importância da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.



17 de maio – Dia Internacional contra a Homofobia, Bifobia e Transfobia

Instaurado como forma de comemoração da desclassificação da homossexualidade como distúrbio mental, tem como objetivo alertar para a discriminação sofrida por lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexuais, bem como todos os que não se sentem em conformidade com os termos heteronormativos sexuais e género.



15 de junho – Dia Mundial da Consciencialização da Violência Contra as Pessoas Idosas

A data criada em 2006, tem como objetivo promover uma reflexão e irradicação da violência contra a pessoa idosa, vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos por parte das famílias, serviços de atendimento ou pela sociedade em geral.



30 de julho – Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas

O tráfico de seres humanos configura-se como uma das formas mais graves de violação de direitos humanos, maioritariamente apresenta um registo transnacional e é desenvolvido por redes de crime organizadas. Este dia tem como objetivo promover a reflexão sobre a necessidade de terminar com este fenómeno, bem como ajudar as vítimas a reconstruir as suas vidas.



17 de setembro – Dia Internacional da Igualdade Salarial

Dia que assinala as diferenças salariais no mercado laboral, tendo por base a disparidade da média salarial entre homens e mulheres.

**24 de outubro – Dia Municipal para a Igualdade**

Dia celebrado por várias organizações da sociedade civil do território português, visa a promoção dos valores da igualdade, inclusão e participação. As iniciativas desenvolvidas têm como objetivo destacar a urgência da implementação da igualdade.

**16 de novembro – Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres**

A violência contra as mulheres é um crime que atinge não só as mulheres, mas também a família que a rodeia, e resulta de uma ausência de cultura de cidadania e de respeito pelos direitos humanos. Este dia tem como objetivo destacar a importância das leis e políticas centradas nos direitos humanos que permitam às mulheres viver livres de discriminação e violência.

**10 de dezembro – Dia dos Direitos Humanos**

A data assinala a promoção dos Direitos Humanos, independentemente da raça, cor, religião, género, língua, opinião política ou origem nacional ou social. O Dia dos Direitos Humanos foi proclamado em 1950, através da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas.

**18 de dezembro – Dia Internacional do Migrante**

O Dia Internacional do Migrante foi adotado em 2000, juntamente com a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e os Membros das suas Famílias. No contexto de migração é necessária a cooperação internacional, uma vez que este fenómeno surge muitas vezes em contexto de emergência e pela busca de segurança e paz. A cooperação importa no sentido de promover a colaboração, diálogo e a salvaguarda dos direitos humanos dos migrantes.

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 1



1. Sensibilizar e informar públicos estratégicos no âmbito da Igualdade de Género.

	Ações de sensibilização e informação para auxiliares de ação educativa do pré-escolar da rede pública.
	Auxiliares de ação educativa do pré-escolar
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Intervir.Com – Associação
	2025 - 2028

2. Dar continuidade às ações no âmbito da Igualdade e Não Discriminação.

	Desenvolver ações de informação e de formação nas áreas previstas na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”.
	Estudantes dos Agrupamentos de Escolas do Município
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Agrupamentos de Escolas do Município
	Ano letivo

3. Desenvolver sessões com profissionais de diferentes áreas de sexo sub-representado.

	Promover sessões participativas com os/as jovens do ensino secundário, com convidados/as que desempenham funções em áreas em que o seu sexo se encontra sub-representado (exemplo: mulheres nas Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemáticas, e homens nas Ciências Sociais e Humanas).
	Estudantes dos Agrupamentos de Escolas de Santiago do Cacém e Santo André
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Agrupamentos de Escolas do Município
	Ano letivo

4. Consciencializar os/as jovens para a redução da violência em contexto escolar.

	Promover e integrar as Associações de Estudantes dos Agrupamentos de Escolas, na dinamização de campanhas contra a violência nas escolas.
	Estudantes dos Agrupamentos do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Agrupamentos de Escolas do Município e Associações de Estudantes
	Ano letivo

5. Sessões de sensibilização e desconstrução dos estereótipos relacionados com a comunidade LGBTI+.

	Promover a realização de sessões junto dos/as estudantes dos agrupamentos escolares sobre a desconstrução dos estereótipos associados às pessoas LGBTI+, bem como a sensibilização para a irradicação de preconceitos.
	Estudantes dos Agrupamentos do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Agrupamentos de Escolas do Município e Intervir.Com - Associação
	Ano letivo

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 2



1. Município Intercultural. – CLDS 5G.

	Implementação de momentos de convívio intercultural e de partilha.
	Comunidade em geral
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025 - 2028

2. Sensibilizar e informar profissionais da área da cultura, do desporto e da juventude no âmbito da Igualdade de Género.

	Ações de sensibilização e informação para profissionais da área da cultura, do desporto e da juventude.
	Profissionais da área da cultura e do desporto do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Intervir.Com – Associação e CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	2025 - 2028



3. Incentivar a adoção de boas práticas pelas organizações/associações desportivas do Município.

	Sensibilizar as organizações/associações desportivas para a implementação dos princípios da Igualdade de Género e Não Discriminação nos seus regulamentos e/ou normas de funcionamento.
	Dirigentes das organizações/associações desportivas do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e IPDJ – Instituto Português de Desporto e Juventude
	2025 – 2027 (no início das épocas desportivas)

4. Diagnóstico das assimetrias nas práticas desportivas.

	Realizar um levantamento da prática desportiva no Município com especial enfoque na composição dos corpos sociais, dirigentes, praticantes e na igualdade de oportunidades para os praticantes de acordo com o sexo.
	Organizações/associações desportivas do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém
	2025 – 2027

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 3



1. Contribuir para a inclusão social ativa, promovendo a vida independente e a inserção no mercado de trabalho.

	Realização de ações para a população e agentes económicos para a participação, autonomia e vida ativa das pessoas com deficiência.
	Comunidade em geral e agentes económicos
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal e CERCISIAGO – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Santiago
	2025 - 2027



2. Reforçar o compromisso institucional com a Igualdade de Género.

	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da incorporação da perspetiva de Igualdade de Género nos documentos de missão, visão e valores do Município; - Realização de ações de sensibilização e informação.
---	---



Município de Santiago do Cacém



Câmara Municipal de Santiago do Cacém e CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



2025 - 2027

3. Promover o incentivo para a participação na vida cívica e política.

	Realização de ações e sessões de incentivo para a participação política e cívica junto dos mais jovens.
---	---



Crianças e jovens.



Câmara Municipal de Santiago do Cacém



2025 - 2027

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 4



1. Celebração do Dia Internacional da Mulher.

	<ul style="list-style-type: none"> - Sessões sobre a violência no namoro para os/as estudantes do 9.º dos Agrupamentos de Escolas do Município; - Colocação de lona sobre a Igualdade e iluminação do edifício da Câmara Municipal; - Distribuição de oferta simbólica às funcionárias do Município; - Campanhas de rua; - Realização de podcasts sobre a temática; - Apoio em iniciativas de outras organizações / associações.
	Estudantes do 9.º ano dos Agrupamentos de Escolas do Município, Comunidade em geral e Funcionárias do Município.
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Intervir.Com Associação e Agrupamentos de Escolas do Município de Santiago do Cacém
	Mês de março

2. Celebração do Dia Municipal para a Igualdade

	<ul style="list-style-type: none"> - Hastear a bandeira da Igualdade no edifício da Câmara Municipal; - Campanha de sensibilização na rua; - Outras atividades, como fóruns, workshops, teatro ou dança.
	Comunidade em Geral
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Intervir.Com Associação
	Mês de outubro

3. Campanha “Igualdade nas tuas mãos”.

	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização das Redes Sociais e Site do Município com <i>banner</i> alusivo às datas comemorativas relacionadas com as temáticas da Igualdade de Género e Não Discriminação e com a Defesa dos Direitos Humanos; - Distribuição de folhetos informativos e colocação em espaços públicos; - Conversas Temáticas e <i>podcasts</i>.
	Comunidade em Geral
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém
	De outubro a dezembro

4. Informar e sensibilizar para a questões da Igualdade de Género enquanto princípio fundamental dos Direitos Humanos.

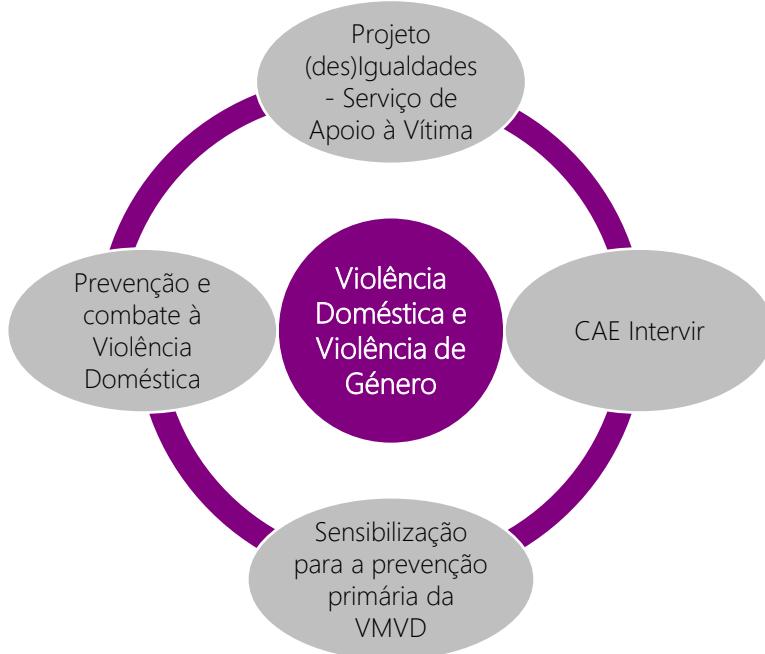
	<ul style="list-style-type: none"> Ações de informação e sensibilização no âmbito dos Direitos Humanos (sociais, culturais, económicos e laborais) para diversos públicos: - Divulgação e transmissão de vídeos alusivos às temáticas nos espaços de cultura do Município.
	Profissionais do Município e Comunidade em geral
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Intervir.Com Associação
	2025 - 2028



5. Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial.

	Ação se sensibilização.
	Estudantes do Agrupamento de Escolas de Santo André e Santiago do Cacém
	Junta de Freguesia de Santo André e Agrupamento de Escolas de Santo André
	Mês de março

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 5



1. Projeto (des)Igualdades – Serviço de Apoio à Vítima (resposta no âmbito da Violência Doméstica).

	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização de ações de informação e de formação nas áreas previstas na ENIND 2018-2030. - Assegurar o acompanhamento das vítimas de crime de violência doméstica na vertente de atendimento psicossocial e informação jurídica.
	Comunidade em Geral / Vítimas de violência doméstica
	Intervir.Com – Associação
	2025 - 2028

2. CAE Intervir – Casa de Acolhimento de Emergência.

	Assegurar, transitoriamente, vítimas de violência doméstica em situação de emergência.
	Vítimas de violência doméstica
	Intervir.Com – Associação
	2025 - 2028



3. Sessão de prevenção e combate à Violência Doméstica

	Ação de sensibilização. - Sessões de cinema ou peças de teatro sobre a temática.
	Comunidade em geral
	Intervir.Com – Associação, Junta de Freguesia de Santo André, Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Mês de setembro

4. Sessão de sensibilização para prevenção primária da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica.

	Ação de sensibilização para a consolidação dos fatores de mudança social e cultural, por forma a reduzir as assimetrias relacionais e de sexo.
	Profissionais com intervenção e/ou interesse no desenvolvimento de projetos/programas na prevenção primária da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica
	CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	2025 - 2028

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 6



1. Promover a linguagem inclusiva.

	Sessões de sensibilização aos/as técnicos/as da Divisão de Comunicação e Imagem para o uso de uma linguagem inclusiva.
	Técnicos/as da Divisão de Comunicação e Imagem do Município de Santiago do Cacém
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Intervir.Com – Associação e CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	2025 - 2028

2. Aumentar o nível de participação da comunidade migrante em atos cívicos e de cidadania. – CLDS 5G.

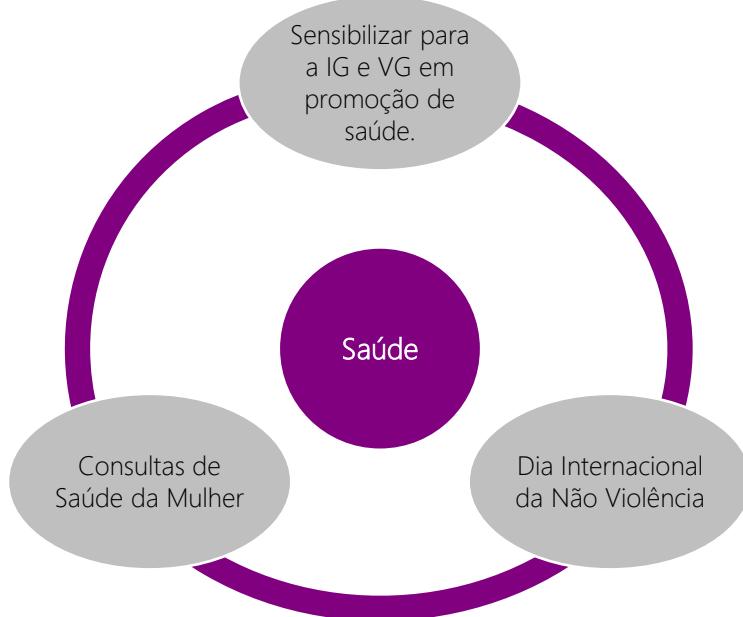
	Traduzir formulários nos serviços públicos.
	Comunidade migrante
	Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025 - 2028



3. Ações de divulgação. – CLDS 5G.

	Promover e divulgar atividades em diferentes canais de comunicação.
	Comunidade migrante
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025 - 2028

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 7



1. Sensibilizar para as questões da Igualdade de Género e Violência de Género no contexto de promoção da saúde.	
	Ação de sensibilização sobre a Igualdade de Género e a Violência de Género para profissionais de saúde.
	Profissionais de Saúde
	Intervir.Com – Associação e ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano
	2025 - 2028



2. Dia Internacional da Não Violência.

	Realização de dinâmicas em clubes desportivos, com as camadas mais jovens.
	Jovens praticantes em clubes e associações desportivas.
	UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade, ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano e UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
	Mês de outubro

3. Consultas de Saúde da Mulher.

	- Rastreio do cancro do colo do útero; - Vigilância de utilização e entrega de preservativos.
	Utentes do sexo feminino
	UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade, ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano e UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
	2025-2028

OPERACIONALIZAÇÃO – Eixo Estratégico 8



1. Balcão da Inclusão em Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André. – CLDS 5G

	Criação de espaços de acolhimento e de informação, que têm como missão a integração de migrantes.
	Comunidade migrante
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025-2027

2. Aulas de Português Língua de Acolhimento. – CLDS 5G

	Permitir e melhorar o domínio da língua portuguesa.
	Comunidade migrante
	Agrupamentos de Escolas de Santiago do Cacém, Instituto de Emprego Formação Profissional e Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025-2027

3. Comemorar o Dia do Migrante. – CLDS 5G

	Promover o conhecimento e a interculturalidade: partilha de património cultural, trajes, gastronomia e música.
	Comunidade migrante
	Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém
	2025-2028

4. Fóruns de discussão com famílias migrantes. – CLDS 5G

	Realizar fóruns temáticos de acordo com os interesses das famílias de migrantes, adequados a determinada faixa etária.
	Comunidade migrante
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém e Agrupamentos de Escolas do Município
	2025-2028

5. Guia de Recursos para Migrantes – CLDS 5G

	Criar um guia <i>online</i> de recursos e apoio à integração do migrante.
	Comunidade migrante
	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém e ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
	2025-2028



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- Comissão Europeia. “Agir contra a discriminação”, consultado em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/equality-and-inclusion_pt
- Intervir.Com – Associação de Promoção de Saúde Desenvolvimento Social e Cultural (2017). “Plano Intermunicipal para a Igualdade 2017-2020”;
- Instituto Nacional de Estatística (2024);
- Portugal. Conselho Económico e Social (2021). “Manual de Linguagem Inclusiva”. Lisboa: CES;
- UMAR (2024). Art’Themis+, “Estudo Nacional Sobre Violência no Namoro”.